



RACISMO, PRÁTICAS CLÍNICAS E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA

Raquel Souza dos Santos¹

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Moema Alves Macêdo²

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, curso de psicologia, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Benedito Medrado Dantas³

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, PE, Brasil.

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo analisar como produções científicas em psicologia abarcam o racismo como sofrimento ético-político na atuação clínica. O campo-tema trazido revela a insistência do poder colonial em violar e aniquilar a negritude, gerando dor e sofrimento ético-político, em que a psicologia, por apresentar uma lacuna referente às subjetividades negras, segue na manutenção da lógica colonial. Para análise, foi feita uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, tendo como método a revisão bibliográfica via base de dados, que evidencia a falta de referências, teorias, métodos e práticas voltados à negritude. Tal processo impossibilita a decodificação de queixas, acolhimento e promoção de saúde mental, necessitando de reflexões e práticas anticoloniais e antirracistas que tomem como referência a subjetivação negra.

¹ Graduada pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), é membra da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadores (ANPSINEP_CE) e atua como Psicóloga Clínica. E-mail: raqsouzapsi@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0009-0002-3422-219X>

² Docente do curso de psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), Psicóloga efetiva da Secretaria de Saúde de Juazeiro do Norte-CE, membra do grupo de pesquisa do Mestrado Profissional em Saúde (UNILEÃO) na linha Currículo e Formação Profissional. Membro do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades - GEMA/UFPE. Coordenadora Estadual (CE) da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANPSINEP_CE). Graduação em Psicologia (UFPE). Especialização em Gestão em Saúde (FIOCRUZ). Mestrado em Ensino na Saúde (UFAL). Cursando doutorado em Psicologia (UFPE). E-mail: moema@leaosampaio.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4161-5901>

³ Docente titular do Departamento de Psicologia da UFPE (cursos de graduação e pós-graduação). Coordena o Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades - GEMA/UFPE. Graduação em Psicologia (UFPE), Mestrado em Psicologia (PUC/SP), Doutorado em Psicologia PUC/SP e Universidade Autônoma de Barcelona. Pós-doutorado: Universitat Autònoma de Barcelona - UAB, UAB, Espanha. Pós-doutorado: Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. E-mail: benedito.medrado@ufpe.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1085-5024>



Palavras-Chave: Psicologia clínica; racismo; sofrimento ético-político; negritude.

RACISM, PSYCHOLOGICAL PRACTICES AND ETHICAL-POLITICAL SOFRIMENT: DIALOGUES WITH SCIENTIFIC PRODUCTION IN PSYCHOLOGY

Abstract: This work aims to analyze how scientific productions in psychology address racism as ethical-political suffering in clinical practice. The field-theme reveals the insistence of colonial power in violating and annihilating blackness, generating pain and ethical-political suffering, in which psychology, by presenting a gap in relation to black subjectivities, continues to maintain the colonial logic. For the analysis, a qualitative exploratory study was carried out, using a bibliographic review via a database, which shows the lack of references, theories, methods and practices focused on blackness. This process makes it impossible to decode complaints, welcome people and promote mental health, requiring anti-colonial and anti-racist reflections and practices that take black subjectivation as a reference.

Keywords: Clinical psychology; racism; ethical-political suffering; blackness.

RACISMO, PRÁCTICAS CLÍNICAS Y SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO: DIALOGANDO CON LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA EN PSICOLOGIA

Resumen: Este trabajo pretende analizar cómo las producciones científicas en psicología abordan el racismo como sufrimiento ético-político en la práctica clínica. El tema de campo revela la insistencia del poder colonial en violentar y aniquilar la negritud, generando dolor y sufrimiento ético-político, en que la psicología, al presentar un vacío en relación a las subjetividades negras, continúa manteniendo la lógica colonial. Para analizar esto, se realizó un estudio exploratorio cualitativo, utilizando una revisión bibliográfica a través de una base de datos, que muestra la falta de referencias, teorías, métodos y prácticas centradas en la negritud. Este proceso imposibilita la decodificación de las denuncias, la acogida y la promoción de la salud mental, exigiendo reflexiones y prácticas anticoloniales y antirracistas que tengan como referencia la subjetivación negra.

Palabras-clave: Psicología clínica; racismo; sufrimiento ético-político; negritud.

RACISME, PRATIQUES CLINIQUES ET SOUFFRANCES ÉTHICO-POLITIQUES: DIALOGUER AVEC LA PRODUCTION SCIENTIFIQUE EN PSYCHOLOGIE

Résumé: Ce travail vise à analyser la manière dont les productions scientifiques en psychologie abordent le racisme en tant que souffrance éthico-politique dans la pratique clinique. Le thème de terrain révèle l'insistance du pouvoir colonial à violer et à anéantir la négritude, à générer de la douleur et de la souffrance éthico-politique, dans laquelle la psychologie, en présentant un décalage par rapport aux subjectivités noires, continue à maintenir la logique coloniale. Pour l'analyser, une étude qualitative exploratoire a été réalisée, à partir d'une revue bibliographique via une base de données, qui montre le manque de références, de théories, de méthodes et de pratiques centrées sur la négritude. Ce processus rend impossible le décodage des plaintes, l'accueil des personnes et la



promotion de la santé mentale, ce qui nécessite des réflexions et des pratiques anticoloniales et antiracistes qui prennent la subjectivation noire comme référence.

Mots-clés: Psychologie clinique; racisme; souffrance éthico-politique; noirceur.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de inquietações, questionamentos, angústias e conflitos alimentados ao longo da experiência das autoras (mulheres negras) e do autor deste texto (homem branco pesquisador do campo de estudos interseccionais), no curso de sua atuação como discente e/ou docente em psicologia acerca das práticas psicológicas clínicas voltada a populações racializadas. Controvérsias são explicitadas nos encontros entre corpos negros e brancos, em que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, fundamentam o mapeamento dos/as cidadãos e cidadãs que compõem o país, de um lado, e do outro, corpos que são alvos prioritários da violência estrutural do Estado e da cultura. “Minoria cultural a gente não é, tá?”, como diria Lélia Gonzalez (2020, p.289). Dados, ainda que sempre subestimados, visto a dificuldade de mensurar a dimensão do problema, informam que as pessoas negras (pretas e pardas) compõem mais de 54% da população brasileira. Uma maioria numérica, pois, silenciada. No entanto, não é apenas uma questão quantitativa, e sim dos lugares que ocupam nas dinâmicas de poder.

Mais do que uma profunda desigualdade, os dados nos ajudam a explicitar uma zona de guerra que ocorre de forma permissiva, cotidianamente, e se reatualiza para cumprir o seu objetivo: exterminar a existência negra em nosso país. A pátria amada Brasil se mantém como uma república colonial, imperialista, patriarcal, autoritária e patrimonialista, um país de todos, exceto de alguns, que empurra com todas as forças para o campo do esquecimento cicatrizes não curadas de um passado assombroso, tanto nas narrativas formais que contam a história do país como as narrativas que produzimos em nossa construção pessoal (ALMEIDA, 2018).

Como mulheres negras, as autoras deste texto, compartilham a vivência do peso trazido por essa dolorosa realidade. Estar em uma Instituição de Ensino Superior, muitas vezes é se perceber sozinha e diante de feridas não curadas que insistem em sangrar cada vez mais, e o remédio aparenta ser em não as tocar. Não são poucos os relatos que se apresentam, quando as instituições se abrem à escuta. Numa sociedade como a nossa, a



universidade constitui-se como um espaço em que se pensa, produz e intervém com bases na branquitude (BENTO, 2022). Como afirma Grada Kilomba (2019), “é a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos raciais não podem ser racistas nem performar o racismo, pois não possuem o poder” (p. 76). É a lógica colonial em sua excelência, trabalhando para manter-se em seu funcionamento pleno, silenciando, violentando e dominando corpos negros.

Ser uma estudante negra, bolsista 100%, num espaço majoritariamente branco, é, mesmo que não seja assim reconhecido sempre, um processo marcado por conflitos e pela solidão, principalmente na produção e no compartilhamento de saberes, tanto pelos companheiros de turma como dos/as docentes. Ser uma professora negra também é uma experiência carregada de restrições de não ditos. Pensar-se negro nas temáticas discutidas em sala é muitas vezes interpretado como algo pessoal e particular que não está de acordo com o trabalho e que pode fugir da proposta do tema, da conversa, da ementa da disciplina. Ser docente branco nesse universo é estar de prontidão firmar um compromisso de luta antirracista constante sob a guia dos movimentos negros.

Muitas vezes, as pesquisadoras negras, frustraram-se com convites para mudar o foco e o tema da pesquisa, ser mais geral, e não de ofertar outras possibilidades para seguir adiante e preencher as lacunas do conhecimento. Ora, se há uma carência de produção, não é por aí que se deve começar? Ao minimizar a relevância e a centralidade do racismo para os estudos e suas práticas profissionais, a psicologia se mostra fundamentada por estruturas racistas que segue a lógica colonial e traz pouco ou quase nada de referências e práticas voltadas aos modos de subjetivação negra.

Aos estudos se articula a experiência de psicoterapia de uma das autoras com uma psicóloga branca, em que após meses de processo ainda não havia sido tocado em raça e em experiências em torno dela, permanecendo a sensação de não ser compreendida e não ser pertencente àquele espaço. Em um dado momento, nos provocamos: sempre vai haver essa pedra no meio do caminho? Qual o preparo que a clínica tem para acolher o corpo negro numa sociedade racista e quais os limites e potências dessa atuação?

Se a subjetividade de pessoas negras não é abarcada na universidade, pressupõe-se que as psicólogas formadas realizem práticas que podem não chegar a esse público, principalmente quando se adentra nas práticas clínicas. Diante disso, urge a problemática: que implicações do racismo como sofrimento ético-político são discutidas em produções



científicas em psicologia disponibilizadas em bancos de dados científicos relacionadas a atuação clínica?

Pretendeu-se como objetivo geral do trabalho, analisar como as produções científicas abordam na atuação clínica em psicologia o sofrimento ético-político produzido pelo racismo. Como objetivos específicos, buscou-se, à luz de uma revisão exploratória da literatura, compreender como o racismo se manifesta no processo terapêutico; identificar possíveis lugares dados às experiências de racismo na clínica psicológica; e mapear apresentações clínicas de sofrimento ético-político ligados ao racismo.

Nesse ínterim, as autoras optaram pelo percurso metodológico de uma pesquisa do tipo exploratória cujo corpus de análise foram produções científicas brasileiras em psicologia, fundamentando-nos para a análise a revisão bibliográfica, em um processo que se fez pelo levantamento das produções, primordialmente, por meio das plataformas SciELO (Scientific Electronic Library online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) no período de março a junho de 2023. De forma complementar, foram incluídos, estrategicamente, livros de autores e autoras negros e negras, que traziam discussões sobre a temática.

Focalizamos as publicações brasileiras entre 1983 e 2023. O marco histórico adotado foi a publicação de “Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”, por Neuza Santos Sousa que marca o início e expansão de uma série de discussões da psicologia, psicanálise e psiquiatria em torno do sofrimento psíquico gerados pelo racismo brasileiro em que expõe o negro ao processo de branqueamento e construção de sua identidade.

DA ESCRAVIZAÇÃO AS AMARRAS INVISÍVEIS QUE MANTÊM VIVA A RELAÇÃO COLONIAL: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Os colonizadores europeus se autodeclararam norma de humanidade, saindo de seus lugares de origem para disseminar no mundo uma suposta civilização a outras culturas que divergiam de seus modos de vida. Em nome de Deus, da cidadania, do humano, belo, puro e sublime, indígenas foram assassinados/as, mulheres estupradas e africanos(as) arrancados de sua terra-mãe e comercializados como escravos/as; a salvação divina se não veio pela cor, teria de ser pela exploração dos corpos. Essas atitudes promovem a



criação da raça que passa a fundamentar a vida na hierarquização entre humanos e não humanos (MUNANGA, 2015; SCHWARCZ, 2019).

Segundo Quijano (2005), tal processo se deu pelas diferenças estrategicamente postas em relevo entre os colonos europeus e os povos colonizados, em que se buscava um elemento que pudesse legitimar as relações de dominação sob esses. Os colonos europeus representavam a superioridade, por se autodeclararem mais à frente na cadeia evolutiva em comparação a outros povos em que as distâncias culturais revelavam suas condições naturais primitivas e inferiores.

As singularidades de povos não brancos foram retiradas e dispostas em categorias que reuniram cor e outros traços fenóticos. Com isso, os colonizadores passaram a chamar a si mesmos de brancos e classificaram os colonizados de negros, gerando e justificando categorizações e desigualdades. Assim, foi difundido no mundo um novo padrão de poder concentrado nas mãos europeias, nas bases de uma dinâmica de colonialidade (QUIJANO, 2005).

O modelo ideológico do humano, nas sociedades colonizadas, construiu hierarquias e pôs, em seu topo, os homens, brancos, cisgêneros, europeus, os quais por direito, dentro dessa dinâmica desigual, concentram o poder, riquezas e têm a responsabilidade de fazer e produzir cultura, história e conhecimento. Nomeia-se essa atribuição forjada de branquitude (QUIJANO, 2005; MUNANGA, 2015; BENTO, 2022). Contrapostos a esses, a pele pigmentada do negro revelava toda a corrupção e maldição: um corpo visivelmente marcado, manchado e despossuído de humanidade, como denunciava Franz Fanon (2008, p. 110): "eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça".

Grada Kilomba (2019) contribui para esta discussão ao afirmar que o negro foi categorizado pelos colonizadores europeus como um objeto ruim que representa uma fonte de ameaça e perigo, no qual se deveria dominar e evitar o contato, pois sua cor, fisionomia, cabelos, lábios, denunciavam o que eram, o que não eram e o que jamais poderiam ser. Inicialmente uma guerra foi travada contra os negros, perseguido pelo olhar do outro, de tal forma que o seu próprio corpo se torna um campo de batalha, provocando o mudança do negro no seu objeto de luta, ou seja, a guerra deixa de contra aos seus inimigos e volta-se ao seu próprio eu (FANON, 2008; MUNANGA, 2015).

Neusa Santos Souza (1983), por sua vez, defende que a imposição da branquitude é internalizada pelo sujeito negro como o ideal de ego branco, na tentativa de recuperar e



participar da dita humanidade. O negro toma as referências dos colonizadores como se fossem as suas próprias, cria aversão pelos atributos que o identificam como negro e passa a repudiar e afastar-se de sua origem, sua história e seus traços em busca de ser aceito enquanto pessoa. Tal atitude é uma das formas de proteger a sua integridade ao perceber o seu corpo como fonte de ódio e desprezo e posiciona-se numa relação de imagem e semelhança com o branco como se compartilhasse do mesmo mundo. Assim, o negro, “não podendo mais enegrecer o mundo, ele vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento” (FANON, 2008, p. 56).

A construção da subjetividade negra é, portanto, um processo marcado por sofrimento psíquico, adoecimento, angústia e inferioridade devido a constante violência racial provocada pela colonização que traz uma fissura em seu eu (DEVULSKY, 2021; SOUZA, 1983). Ainda que os modos como as pessoas negras agenciam essa dinâmica cruel sejam diversas, desde a infância, pessoas negras são marcadas pelo trauma da exposição contínua do racismo que informa que a sociedade funciona por um código racial que identifica e atribui características específicas a pessoas negras e brancas (DEVULSKY, 2021).

No território brasileiro, esse processo torna-se ainda mais complexo. Criado em uma combinação perfeita do colonialismo com o patriarcado (e suas várias faces e linhas, entre elas o capitalismo, autoritarismo, imperialismo, corrupção e patrimonialismo), essa dinâmica atravessa a subjetivação de todos os povos, impondo assimetrias sociais, naturalização de desigualdades e modos de ser e existir no mundo, alienado pelo mito da democracia racial, de superação do racismo pela miscigenação (MATTAR, 2020; GONZALEZ, 2020).

Esse contexto promove sofrimento ético-político marcado pelo fardo da racialização. Bader Sawaia (1999) argumenta que esse tipo de sofrimento vai além do sujeito, ele é delineado na historicidade, construído pelas intersubjetividades, sendo o resultado da operação das injustiças sociais. Segundo ela (1999), o sofrimento ético-político é o retrato cotidiano das relações de dominação, que insiste em impor ao outro a condição de inferioridade, inutilidade e incapacidade, sendo negado a apropriação das produções materiais, culturais e sociais. O sujeito em sofrimento ético-político vive numa forma de ser passiva e não tem poder de ação sob o mundo, pois é empurrado para um não-lugar que o diz que ele não é pertencente ao corpo social. Submissos, silenciados, excluídos,



sem autonomia, são meros objetos que servem a lógica da servidão e vivem como quase pessoas (BERTINI, 2014).

Vale ressaltar que o Brasil foi o país que mais recebeu pessoas negras em condição de escravidão e o último a abolir a escravatura, um ato movido não pela generosidade ou reconhecimento das atrocidades feitas, mas pelo vislumbre do lucro seguro e da acumulação de riquezas. Sem nenhum tipo de reparação histórica, que de fato integrasse a população negra na participação da democracia, estes foram afastados do corpo social cada vez mais, física e simbolicamente, apenas trocando as correntes de aço, por amarras invisíveis que mantêm viva a relação colonial (KILOMBA, 2019; BENEDITO; FERNANDES, 2020; GONZALEZ, 2020; MATTAR, 2020).

Os corpos e as subjetividades negras foram alijadas de lugares de poder e jogadas para as zonas periféricas, distantes do centro em que o Brasil acontecia, outros assuntos que atrasavam o desenvolvimento do país foram resolvidos por mitos como forma de apagar, silenciar e negar a infeliz realidade. A população negra foi submetida a trabalhos degradantes e a condições de vida precárias presentes até os dias atuais, e distante de haver uma mudança desse contexto (SCHWARCZ, 2019; GONZALEZ, 2020; MATTAR, 2020).

Assim, em nosso país, Brasil, o passaporte é a cor. É ela quem fundamenta a posição na sociedade, numa complexa teia interseccional, que posiciona as mulheres negras, por exemplo, em condições particulares de desigualdade. Mas, em linhas gerais, o preconceito que expressamos é o de marca, que provoca aversão a características consideradas “negróides”, a exemplo da cor, cabelo crespo, nariz largo e a boca grossa.

Outro ponto peculiar nosso, é o preconceito do preconceito, em que se é proibido falar de raça e racismo, por serem considerados assuntos do passado. Eis a perversidade do nosso território, a invisibilidade do racismo em que parece haver um acordo social de não se falar sobre o assunto. O Brasil é um país racista, mas sem racistas. É sentido a ameaça do racismo, mas não é localizado ou apontado, e quando o é, trata-se de uma atitude individual de ordem privada que nada tem relação com o todo (SCHWARCZ, 2013; SANTOS, 2018; DEVULSKY, 2021).

Silvio Almeida (2018) argumenta que essa atitude é sustentada pelo discurso da meritocracia, já que libertos e em convívio igualitário com os brancos, como quase pessoas, a condição do negro é fruto de sua própria (in)competência, em que ele e somente ele é o responsável. Prega-se liberdade, mas é submissão, silenciamento e servidão a



lógica de injustiças. O sofrimento ético-político aprisiona os sujeitos em si mesmo, pois é uma luta contra uma sociedade que o esmaga e que insiste em rebaixar a sua potência de vida e os nega a possibilidade de superar sua condição e participar do corpo social; e pior ainda, coloca as barreiras vivenciadas como inexistentes, assim, não há como combater um problema que não é considerado real (SAWAIA, 1999; BERTINI, 2014).

O país em que vivemos colabora para a produção do sofrimento ético-político, gerando sentimentos de tristeza, inferioridade, impotência, humilhação, raiva, angústia, ansiedade, adoecimento, vergonha e culpa (BERTINI, 2014). Ir contra esse sistema e lutar pela própria vida e por condições para além da sobrevivência e reintegração do nosso poder, é pago pelo dilaceramento da saúde mental. A lógica colonial se mantém viva e pulsante, funcionando pela necropolítica e necropoder, no qual o Estado cumpre sua ação assassina, como pontua Carneiro (2011), “a negritude se acha inscrito no signo da morte no Brasil” (p. 92), e os efeitos psicológicos e sofrimentos gerados ainda são poucos discutidos (GOUVEIA; ZANELLO, 2019; PEREIRA; PASSOS, 2019).

Vivemos tempos de incertezas, em que as forças que criaram o país no passado se mantêm presentes e se mostram à luz do dia, sem receios, com orgulho; e o ódio voltado às populações historicamente marginalizadas deixa sua timidez de lado e se revela cada vez mais no cotidiano (GOMES, 2018). Sob esses corpos, há o passaporte que dá direito de matar, punir e violar; estão no alvo de um sistema que opera pela violência, matabilidade e o extermínio (MBEMBE, 2018; PEREIRA; PASSOS, 2019).

Corpos negros são aqueles que podem ser violados. Não lhes é dado por falta quando somem e não há lamento ou choro sob seus corpos. São aqueles que podem perder suas vidas pela confusão de um guarda-chuva com uma arma. É neles onde se encontram as balas perdidas disparadas por policiais em vários episódios acompanhados cotidianamente em mídias sociais. De forma explícita, nosso país se encontra como um Estado que produz na população negra vivências de sofrimento ético-político, necessitando de uma compreensão de como essa problemática é abordada na clínica psicológica, como veremos a seguir.

TRILHAS DA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DO RACISMO?



Um marco importante do desenvolvimento da psicologia foi a sua regulamentação em 1962, cujo período histórico é marcado pelo assombramento do regime militar. Atreladas às práticas da ditadura, como oportunidade de crescimento, a psicologia atuou segregando, excluindo, exterminando, patologizando, estigmatizando, trancafiando e adaptando os desajustados (MATTAR, 2020). Onde estavam as pessoas colocadas como não participantes do corpo social e que não aparecem na história?

Negros, pobres, periféricos, pessoas com deficiências, pessoas LGBTQIA+, foram empurrados física e simbolicamente do centro onde o Brasil se desenvolvia, mostrando quais eram os seus lugares, ou melhor, os seus não lugares. A atuação da psicologia voltava-se à manutenção dos silenciamentos e violentação dos corpos marginalizados, mantendo uma relação de dominação sobre estes (MATTAR, 2020).

Enquanto temas próprios do contexto brasileiro eram censurados pela ditadura - a exemplo do racismo, os/as psicólogos/as, em sua maioria, trancaram-se em seus consultórios investigando os conteúdos inconscientes (MATTAR, 2020). Aqueles e aquelas que não participavam dessa ordem vigente ou que lutavam pelo mínimo de visibilidade, direitos sociais e inclusão, recebiam as práticas higienistas através de aprisionamentos, manicomização, ameaças, torturas, violência e morte (GONZALEZ, 2020; MATTAR, 2020).

A psicologia desse período histórico reproduzia fortemente as relações coloniais e trabalhava em prol de manter o poder nas mãos de quem sempre o deteve (GOUVEA; ZANELLO, 2019; MATTAR, 2020). Até hoje, aliada ao pacto da branquitude (BENTO, 2022), a psicologia se utiliza de teorias, técnicas e metodologias em torno de uma subjetividade específica, constituindo-se numa formação de e para brancos (VEIGA, 2019). Nos cursos de graduação de psicologia se estuda acerca do desenvolvimento, do processo de saúde e doença de um sujeito universal, sem considerar as singularidades, as diferenças sociais e os marcadores de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, bem como outros (VEIGA, 2019; LANZA, 2021).

A formação da psicologia, enquanto ciência e profissão, foi fundamentada por uma episteme colonial, que buscava levar a sua prática aqueles que se enquadravam no modelo cartesiano de racionalidade (MACHADO, 2018). Famílias brancas, burguesas e heterossexuais representam os sujeitos de intervenção em que se buscava tratar de temas referentes à sexualidade, sonhos, parentalidade, infância, bem como observou e propôs



Freud e outros teóricos em meados do século XIX e XX (MATTAR, 2020; LANZA, 2021).

Homens, brancos, heterossexuais, cisgêneros, sem deficiências, de suposta “boa aparência” e de classe média, indicavam o padrão de normalidade (de estética e de poder) e os principais perfis apresentados na clínica psicológica (MENEZES; LINS; SAMPAIO 2019; BENEDITO; FERNANDES, 2020; MATTAR, 2020). Considerada uma profissão de perfil de mulheres brancas, que estudam teorias de homens brancos, a psicologia ainda mostra a força e o poder da colonização que insiste em violar corpos negros, pois ao desconsiderar a realidade de subjetividades não brancas, deixa-se de abarcar mais da metade da população do país (TAVARES; KURATANI, 2019; VEIGA, 2019).

Encontra-se uma carência de pesquisas referentes às populações étnico-raciais, em que não há nem pesquisadores, nem sujeitos de pesquisas, menos ainda práticas, métodos e teorias no campo da psicologia referente à subjetividade negra e o adoecimento psíquico e sofrimento ético-político gerado pelo racismo (TAVARES; KUARATANI, 2019). O pouco que ainda se tem é uma menção ou outra de forma superficial e quase nada, em comparação a outras temáticas (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Denunciada pela ausência, inicia-se na década de 1970, um movimento na psicologia social protagonizada por psicólogos negros, passa-se a incluir a categoria raça pelo reconhecimento das limitações trazidas pela psicologia tradicional. O movimento criado buscava não somente dialogar sobre as diferenças raciais, mas produzir teorias, projetos, métodos e práticas centradas nas experiências e na realidade da população negra (FEDERICO, 2021; MACHADO, 2018).

No Brasil, no cenário de abertura da democracia e avanço social, é instituída pelo Ministério da educação (MEC), as Diretrizes Curriculares para a formação dos psicólogos, que estabelece normas que irão definir o que deve compor a matriz de estudo, além de as graduações também adquirirem a autonomia de decidir em torno de alguns embasamentos técnicos e teóricos considerados fundamentais para a formação profissional (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019). Aos poucos, o ensino superior assume uma postura política e abre as possibilidades para diálogos de questões raciais e outras categorias invisibilizadas na sociedade (GOMES, 2018). Sendo assim, por que ainda se fala pouco ou quase nada sobre raça e ainda prevalece a ordem eurocêntrica do conhecimento em geral, e da psicologia, em particular?

Em busca de restabelecer o colonialismo, vozes negras têm sido invalidadas por se apresentarem como supostamente subjetivas, emocionais e específicas (KILOMBA, 2019). A branquitude se coloca no lugar de universal, enquanto grupos subalternizados são vistos como particulares (RIBEIRO, 2017). O privilégio da branquitude leva as Universidades e as pessoas inseridas nesse contexto a não problematizarem seus currículos e suas faltas, pois se os corpos presentes são brancos, bem como os autores do conhecimento, não é vista a necessidade em trabalhar em torno da raça pela atribuição à crença social de que raça refere somente aos negros, enquanto a branquitude se estabelece como um padrão identitário normativo (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019). Nesse sentido, abarcar a raça significa também renunciar ao privilégio branco, o que poucos reconhecem e querem perder (BENEDITO; FERNANDES, 2020).

A psicologia no Brasil tem como maior campo de atuação a clínica, no entanto, se apresenta como um espaço ainda limitado a certos corpos, por não terem trabalhado no desenvolvimento do manejo clínico das subjetividades negras e o impacto na saúde mental resultante do sofrimento ético-político provocado pelos atravessamentos do racismo, no qual se limita a uma parcela mínima da sociedade e atua na manutenção das estruturas opressoras (TAVARES; KURATANI, 2019; PEREIRA; PASSOS, 2019; MACHADO, 2018; LANZA, 2021).

Bertini (2014) pontua que a prática dos psicólogos deve se basear numa ação ética e política e que assume o compromisso de recuperar o poder de ação dos sujeitos e promover condições de superação do sofrimento. Para isso, é necessário o olhar voltado para a historicidade que vá além do individual, como também de se implicar numa prática clínica que tome a complexidade de subjetividades negras (PEREIRA; PASSOS, 2019). Segundo Pereira e Passos (2019), construir possibilidade de vida e saída do sofrimento ético-político e adoecimentos subjetivos, só se dá renunciando ao poder e a posição de privilégio. O cuidado em saúde mental requer a implicação de ações e de práticas que operem pela justiça e pela reparação histórica. Dessa forma, cabe a implicação do psicólogo de pensar sua práxis clínica e o seu fazer que contrapunha manutenção da ordem e abarque o sujeito em sua singularidade e realidade sócio-histórico-cultural.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



Houve dificuldade em localizar produções suficientes nos bancos pesquisados, que estivessem alinhadas com o objetivo da pesquisa, necessitando de uma maior abrangência, evidenciando mecanismos do racismo epistemológico e a urgência em produzir mais sobre a temática. Os termos-chave utilizados no levantamento para a escolha das publicações foi direcionada à “psicologia clínica e racismo”; a segunda, referente à “raça, racismo e relações étnico-raciais;” e por fim, “saúde mental da população negra”. Os resultados encontrados são trazidos na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de textos identificados por meio da revisão da literatura

	Psicologia Clínica e racismo	Raça, Racismo e relações étnico-raciais	Saúde mental da população negra
BDTD	43	1240	1667
Scielo	5	13	1
Lilacs	32	20	26
Pepsic	28	98	19
Total	108	1371	1713

Fonte: (AUTORES DESSA PESQUISA, 2023)

Foram lidos os resumos das publicações cujos títulos e palavras-chaves dialogavam com o objetivo da pesquisa, sendo escolhidos 66 trabalhos. A etapa seguinte foi a escolha das produções cujos textos seriam lidos em sua totalidade, destacando-se os aspectos mais relevantes para a discussão. Resultou desse processo, a escolha de 8 artigos para a análise em profundidade, destacando aspectos mais recorrentes nessas produções, os quais foram agrupados em duas grandes categorias: (1) racismo e sofrimento ético-político, (2) atravessamentos do racismo na clínica psicológica: sofrimento ético-político.

Outro ponto importante é a quantidade de trabalhos publicados recentemente, tendo uma prevalência por volta dos anos (2018-2021). Tal fato aponta uma abertura ainda mínima e um caminhar lento, que busca problematizar e tomar como referência a realidade da população negra e o sofrimento ético-político gerado pelo racismo. Todos os oito artigos localizados trazem em seu corpo diálogos e problematização sobre a raça e sua carência na psicologia.

Tabela 2: textos identificados por meio da revisão da literatura e utilizados no banco de dados

Autoria	Título	Tipo
---------	--------	------



BENEDITO, M. de S. FERNANDES, M. I. A	Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica	Artigo
DAMASCENO, M. G	Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental	Tese
DAMASCENO, M. G. ZANELLO, V. M. L	Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicologia	Artigo
LANZA, H. R.	Frantz Fanon e a psicologia: contribuições para a prática clínica. Estudos, pesquisas e psicologia	Artigo
GOUVEIA, M., ZANELLO, V	Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras	Artigo
MATTAR, C. M.	Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica.	Artigo
TAVARES, J. S. C.; KUATANI, S. M. de A.	Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”.	Artigo
NASCIMENTO, A. dos S. et al	"Pretitude" e o Afroperspectivismo em Psicoterapia: Desafios para a Abordagem Gestáltica	Artigo

Fonte: (AUTORES DESSA PESQUISA, 2023)

Damasceno e Zanello (2018), Gouveia e Zanello (2019), Lanza (2021), Nascimento *et al* (2019), Tavares e Kuratani (2019), Mattar (2020) e Benedito e Fernandes (2020) partem de um ponto comum: a compreensão do racismo no Brasil e de como ele se torna um ponto estruturante que dita formas de ser e existir no mundo, demarcando lugares sociais a corpos negros e brancos. Relatam o processo histórico da colonização dos corpos e da criação da raça como dispositivo de poder que busca definir padrões de humanidade, sendo a branquitude a referência da civilização.

Lanza (2021) e Mattar (2020) dialogam mais especificadamente sobre o racismo à Brasileira e de como se ele se expressa cotidianamente na violação de corpos negros. Para Mattar (2020), o país se configura numa combinação do racismo, colonialismo, patriarcalismo, familismo, imperialismo, patrimonialismo, buscando resgatar e deixar pulsante a relação colonial do seu início de seu processo formativo, trabalhando na manutenção da ordem vigente que coloca na branquitude detentora do poder e do ideal humanidade.

Com relação ao sofrimento ético-político, teorizada por Sawaia (1999), sete trabalhos possibilitam o entendimento de como o racismo é um ponto gerador desse processo. Em diálogo, Damasceno e Zanello (2018), Lanza (2021), Benedito e Fernandes (2020) e Mattar (2020) colocam as experiências da violência racial como traumáticas que resultam



em dor, sofrimento e desorganização psíquica. Benedito e Fernandes (2020) retratam o não-lugar ocupado pelo negro no Brasil, sendo marcado pela violação e sofrimento psíquico. O negro é atrelado ao imaginário social a correspondência de objetificação e estereótipos que produzem aversão ao seu corpo e seus traços negroides.

Para os autores, o negro tem como marca o sofrimento, insegurança, sentimentos de inferioridade, inadequação, insuficiência, indignos de receber e dar amor, e de ter uma vida de insucesso educacional e profissional. Mattar (2020) complementa na colocação da população negra como silenciada, apartada do corpo social, são aqueles invisibilizados, em que há uma desqualificação de suas vidas, seus povos, sua cultura, e de seus traços.

Com relação a conteúdo sobre dimensão étnico-racial na formação em psicologia, todos os oito trabalhos mencionaram a sua ausência e seis enfatizaram uma formação racista atreladas aos ideais da colonização. Damasceno e Zanello (2018) apresentam uma crítica sobre a formação em psicologia, sendo voltada a uma leitura parcial da realidade da população brasileira em que há falta de referências, metodologias, teorias e técnicas dirigidas às subjetividades negras.

Lanza (2021) comenta que a psicologia se constitui a partir de referências europeias, datadas por volta do Séc. XIX e XX, voltadas a um padrão de pessoas brancas, heterossexuais, cisgênero e de classe média; que estiveram em seu início e ainda se mantém presente na contemporaneidade, não trazendo abertura para outras leituras que abarquem o contexto da América Latina. Nos cursos de psicologia pouco ou nada se tem de diálogos sobre categorias raciais.

Na pesquisa realizada por Damasceno (2018) com sete psicólogos autodeclarados brancos, destacou-se que aqueles que tiveram formação em instituições privadas, não tiveram durante a graduação discussão acerca de gênero, raça e classe. Já aos formados em instituições públicas, tiveram um contato mínimo com gênero e classe, mas não com raça. Para a autora, a branquitude é o modelo de ensino, pesquisas e práticas da psicologia. Em concordância, Damasceno e Zanello (2018) e Lanza (2021) possibilitam compreender como a psicologia é reprodutora das relações coloniais, resumindo-se em uma atuação de (e para) pessoas brancas, em que suas práticas não cumprem com seu objetivo de promover saúde mental e não são capazes de acolher e compreender os efeitos gerados pelo racismo. Lanza (2021) sugere um diálogo entre Frantz Fanon e a prática clínica, para o autor, a psicologia se apresenta como um modelo epistemológico europeu que não



abarca a realidade da subjetividade negra. É um saber colonizado que não dá conta de trabalhar em torno das questões relacionadas à raça.

Gouveia e Zanello (2019), Tavares e Kuratani (2019), Lanza (2021), Mattar (2020) proporcionam o entendimento da falta na psicologia de manejo clínico da subjetividade negra e do sofrimento psíquico motivado pelo racismo. O pouco que se tem de referências, apontado por Gouveia e Zanello (2018) e Tavares e Kuratani (2019) são da área da psicologia social e quase inexistem para as práticas clínicas. Segundo Mattar (2020), a clínica psicológica começou a ser criticada por volta da década de 60 e 70, em que se passou a se preocupar com as dimensões ético-políticas, mas ainda se manteve sem cor e sem gênero.

O autor fala também sobre racismo, sofrimento psíquico e clínica, utilizando-se da produção de Grada Kilomba, em que fala de uma imposição histórica de silenciamento que ainda persiste em calar vozes negras nos diversos espaços. A leitura ofertada por Gouveia e Zanello (2019), Lanza (2021) e Mattar (2020) provocam os seguintes questionamentos: "a serviço de quem e do que está a clínica psicológica se a psicologia ignora as questões raciais? Quais os limites e potencialidades podem haver no acolhimento de pessoas negras frente ao sofrimento ético-político gerado pelo racismo?". Gouveia e Zanello (2019), Tavares Kuratani (2019), Nascimento *et al* (2019) realizaram pesquisas qualitativas com pessoas negras buscando investigar experiências de racismo e o acolhimento e o manejo ofertado nesse processo. Gouveia e Zanello (2019) e Tavares Kuratani (2019) fizeram análises relacionadas ao processo de psicoterapia de pessoas negras e psicólogas brancas que trouxeram discussões e resultados similares.

Gouveia e Zanello (2019) enfatizam, em sua pesquisa, que há uma combinação de fatores que levaram as pessoas do estudo à psicoterapia. A maioria levou como queixa o sofrimento amoroso, por nunca serem escolhidas ou se sentirem dignas de receber amor; além delas se mostrarem mais expostas a condições de abuso, violência e descaso. Tavares e Kuratani (2019) pontuam que o racismo geralmente não vem como queixa central dos pacientes negros, mas se expressam em suas formas implícitas, devendo o terapeuta estar atento as suas manifestações e desvelá-lo.

Em relação aos atravessamentos do racismo na clínica psicológica e o sofrimento ético-político (segunda categoria de análise), focamos no processo terapêutico e vimos que tanto nos resultados apresentados por Gouveia e Zanello (2019) como aqueles trazidos por Tavares e Kuratani (2019), foi explicitado por todas as participantes estagnação e



sensação de limite, por terem suas experiências de racismo universalizadas, ignoradas ou minimizadas; relatam condição de revitimização e desqualificação de suas dores. As psicólogas que aparentavam não ter letramento racial, isto é, o entendimento de como o racismo se estrutura e opera na sociedade, passavam a sensação de incompreensão e de não darem conta do conteúdo, o que muitas vezes as faziam evitar tocar no assunto.

Por conta disso, havia uma dificuldade em estabelecer os vínculos com a terapeuta e surgia o desgaste que provocava a interrupção do fluxo do processo. Para elas, a psicoterapia atendia uma pequena parte de suas demandas e inviabilizava a sua continuidade, pois permanecia o sentimento de não pertencimento, baixa autoestima, inferioridade e inadequação.

Somado a isso, Damasceno (2018) traz a percepção de psicólogos/as brancos/as que relatam um limite na compreensão das experiências de raça em que julgavam ser sua própria condição de branco que os impediam de tratar essa demanda. As saídas encontradas por eles foi a universalização dos corpos, que colocavam brancos e negros numa mesma condição. A atuação dos psicólogos para os pacientes negros mostrava-se reduzida, estigmatizada e patologizante das experiências, mostrando uma clínica despolitizada e desracializada aliadas ao ideal da branquitude.

Damasceno (2018) afirma em sua pesquisa que os psicólogos evitavam tocar no assunto raça, pois acreditavam que deveria ser algo realizado pelo paciente, além de terem medo de ofender ou de se depararem com seus próprios preconceitos. Houve também a colocação da clínica como um lugar neutro e a notória dificuldade das psicólogas de se afirmarem como possuidoras de raça, remetendo o privilégio da branquitude em que só quem possui raça é o negro.

Entretanto, os trabalhos selecionados nesta pesquisa também apresentaram experiências potentes, como é o caso de Nascimento *et al* (2019) que realizaram um grupo com jovens negros com objetivo de promover o acolhimento devido a ocorrências de preconceitos dentro da universidade. A demanda manifestada pelo grupo foi a falta de espaços seguros os quais pudessem usar suas vozes para falarem abertamente sobre o sofrimento causado pelo racismo e quando tendiam a expressá-las, tinham suas experiências minimizadas. Foi gerada a tomada de consciência do racismo e a percepção das atribuições sociais do lugar do negro que não são pertencentes a certos espaços. Além disso, apresentou-se o desconforto do olhar branco sobre seus corpos e a sensação contrária de estar compartilhando suas dores com pessoas negras.



Com relação à categoria psicologia política como forma de acolhimento, seis dos oito artigos trazem diálogos que permitem compreender essa atuação, seja pelo posicionamento em favor de uma prática numa perspectiva antirracista e anticolonial e/ou pela busca em se trabalhar em torno da raça e das especificidades da população negra. As discussões levantadas na clínica psicológica por Damasceno (2018), Gouveia e Zanello (2019), Nascimento *et al* (2019), Mattar (2020), Benedito e Fernandes (2020), Lanza (2021), proporcionam a referência da dor provocada pelo racismo como política, devendo a clínica também ser um espaço político, não alheia às questões raciais, mas unida para dismantlar o racismo e validar o sofrimento advindo dele.

Benedito e Fernandes (2020) e Nascimento *et al* (2019), dialogam ao mencionarem que a clínica não se reduz somente a uma escuta numa sala isolada entre dois seres, e que a atitude deve ser, em vez de limitar, possibilitar ir além dela e ser atravessada pelo contexto sócio-histórico-cultural. Nesse sentido, para os autores, a clínica deve ser ampliada e contextualizada para as realidades inseridas, interseccionada com a raça, classe e gênero, bem como outras categorias, buscando desuniversalizar o olhar para promover a ética do acolhimento que busca reversão a lógica colonial.

Nascimento *et al* (2019) mencionam também a clínica como aquela capaz de criar fronteiras e possibilidades, e de resgate do potencial humano, ação essa a qual se é possível somente pela postura do terapeuta de aceitação, genuinidade, respeito, cuidado, compromisso e sensibilidade. Para acolher o sofrimento do corpo negro e tornar isso possível, é preciso haver o afastamento da clínica tradicional e trabalhar numa afroperspectiva que abarque a subjetividade negra e reconheça os seus processos de dor. Com relação ao manejo clínico e aos limites e potencialidade do acolhimento e validação do sofrimento provocado pelo racismo, cinco artigos fazem sua menção, mas são discutidas mais profundamente por Tavares e Kuratani (2019), Damasceno (2018), Gouveia e Zanello (2019) e Nascimento *et al* (2019). Em sua atuação, de acordo com Nascimento *et al* (2019), o terapeuta deve ter menos perspectivas europeia e mais afrobrasileira, pois a clínica tradicional não comporta o corpo negro.

Unido ao pensamento de Lanza (2021), esse modelo padrão apenas ignora ou suporta o corpo negro em que se tenta tratá-lo apesar de sua cor, como se esse não fosse um problema, exigindo com isso, uma nova atuação clínica que trabalhe numa práxis da libertação. Segundo Nascimento *et al* (2019) é preciso trazer referências e narrativas de vozes negras, bem como problematizar os saberes e ser capaz de se dispor a fazer uma



autoanálise. Como provoca Kilomba (2019), mais importante do que perguntar se a própria pessoa é racista, é a busca de como dismantelar o seu racismo.

Na pesquisa realizada por Tavares e Kuratani (2019), as participantes negras argumentam que os processos terapêuticos em que tiveram sucesso com psicólogas brancas, foram aqueles os quais as psicólogas tiveram a atitude de se questionar e de permitir a abertura para o diálogo sobre raça. Gouveia e Zanello (2019) apresentam também em sua pesquisa, que a raça do psicólogo não é um ponto determinante do processo, desde que o terapeuta não se aliene às questões raciais. Tavares e Kuratani (2019) e Damasceno (2018), pontuam que o letramento racial é forma de possibilitar a abertura ao acolhimento a pessoa negra e ao sofrimento gerado pela violência racial, pois a falta de percepção crítica da racialidade os condena a se unir aos ideais liberais e legitimar as violências ao corpo negro, bem como contribuir para o aumento do sofrimento.

Tavares e Kuratani (2019) mencionam, em seu texto, que, no início do processo terapêutico, o racismo aparece mascarado, e que nem o terapeuta nem os pacientes negros, costumam estar conscientes de suas manifestações, devendo o terapeuta ser capaz de perceber as sutilezas de como histórias de insucesso educacional e profissional, falta de amorosidade, sentimentos de culpa, desesperança, raiva, auto-ódio, depressão e risco de suicídio, podem ser expressões de racismo.

Para as autoras, o psicólogo deve ter sensibilidade e disponibilidade de sustentar e lidar com os sentimentos que possam vir a surgir no processo, como a raiva, ressentimento, culpa, negação, desorganização, desprezo, compreendendo isso como também, uma forma de enfrentamento disfuncional ao racismo. Outras estratégias que apareceram como ferramentas importantes para o processo, segundo Tavares e Kuratani (2019), a partir do relato de experiências de duas participantes da pesquisa, foram a autorrevelação e a demonstração de vulnerabilidade da psicóloga.

Segundo Benedito e Fernandes (2020), o silenciamento sobre o tema e a falta de debates, não faz com que a ferida pare de doer, mas insista em sangrar cada vez mais. A forma de elaborar essa dor depende da disposição do clínico a sangrar. Para Lanza (2021), Mattar (2020) e Damasceno (2018), é preciso a atitude de abandonar o privilégio da branquitude, questionar as estruturas de poder, posicionar-se politicamente em torno das questões raciais, questionar os lugares que estão dando ao sofrimento do negro na clínica e voltar ao trabalho as especificidades do contexto brasileiro.



Na leitura desses textos, a clínica se mostra como um espaço político que exige das psicólogas uma atuação atrelada ao seu compromisso ético-político, em que se busca lutar contra as estruturas de opressão que atravessam os corpos negros e geram sofrimentos advindo da ordem social. Acolher a subjetivação negra em condição e dinâmicas de racialização significa dar visibilidade e abrir-se à escuta da dor e do sofrimento ético-político advindo do racismo, o qual só se é possível ofertar suporte, cuidado, ressignificação das experiências de dor e recuperação da potência de vida, por meio de uma práxis clínica que opera pela justiça e reparação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito ao longo deste artigo, o racismo está presente em todos os níveis, sejam estruturais, institucionais e intersubjetivos, atravessando por assim dizer, todos os corpos e modos de ser. Corpos, experiências e narrativas negras se expressam por uma maioria populacional que é invisibilizada, ignorada, silenciada e violada em todos e quaisquer espaços.

Nas universidades, como explicitado pelos artigos analisados, a psicologia se apresenta na manutenção da lógica colonial que se une a tecnologias necropolíticas do Estado por não se contrapor à ordem vigente e atender corpos condizentes com os ideais da branquitude. De um lado, temos um país que informa que o corpo negro não é tolerado, não há lugar para a negritude; de outro, temos uma psicologia que trabalha seguindo a mesma linha.

Apesar dos avanços, a pesquisa mostrou que na psicologia muito se tem de lutar para reparar as falhas que ela mesma provocou e provoca em relação às populações não brancas. Percebe-se, seguramente, uma carência de compreensão das especificidades da subjetividade negra brasileira em que a psicologia ainda precisa se libertar das amarras coloniais e aprender a não a tratá-la de forma universal e nem por meio de estigmas, patologias e reducionismos. E para isso é preciso rever suas bases. A prática clínica tradicional se mostra movida por teorias, métodos e práticas eurocêntricas, que não



atendem a realidade da subjetividade negra, e a clínica psicológica se torna espaço de reprodução das relações de poder que insiste em colocar o negro na condição de oprimido. A presença do corpo negro na clínica implode essa matriz, expondo complexas dinâmicas tais como a de profissionais que não tem letramento racial e evitam tratar o assunto, buscando proteger-se de se depararem com seu próprio racismo. Deveríamos promover saúde, mas acabamos intensificando e produzindo mais sofrimento ético-político, por ação ou omissão.

Deveríamos trabalhar em prol de trazer possibilidades de elevação da potência de vida, mas acabamos por colaborar na produção de morte. Dessa forma, ainda não é possível pensar em saúde mental para todos, enquanto há uma psicologia e uma clínica psicológica que não toma o racismo, numa sociedade como a brasileira, como ponto de referência e não atua numa perspectiva afrocentrada voltada às subjetividades negras, pois não consegue legitimar, acolher e promover a ressignificação das experiências de dor e sofrimento provocadas pelo racismo.

Diante disso, não há espaço para fuga que se expressa na atitude de fechar os olhos e se refugiar no discurso de uma aparente neutralidade. Não há negociação como os privilégios ofertados pela branquitude que diz que “esse problema não é nosso”. Menos ainda, de se responsabilizar e se ausentar das discussões e do empenho na busca de construção de um novo mundo. Quando ignoramos isso, encorajamos e colaboramos com esse sistema que exclui, que mata, que extermina corpos e existências.

Para a reversão dessa lógica, é preciso que o racismo seja tomado como um mal-estar produzido por processos civilizatórios, uma dor de todos e todas; e convocar o olhar ético-político dos/as psicólogos/as para que questionem sua práxis, sua atuação, seu saber e o seu próprio racismo. É preciso que se posicionem para sangrar e se unam a luta anticolonial e antirracista.

A construção deste trabalho foi disparada pela experiência de uma estudante que enuncia a vivência constante de sentimentos ameaçadores. Como alertou Conceição Evaristo (2015), escrever é um risco, é um ato de sangrar e de muito, muito sangrar. Nesse processo, apostamos nas linhas de acolhimento, cuidado e de diálogo, entre a discente negra e sua orientadora negra, e desta com seu orientador branco, que, do seu lugar de privilégio, abre-se à escuta e ao convite ao diálogo.

Compartilhamos que o silêncio é cúmplice da violência e que, ainda que, muitas vezes, nos falem palavras, é preciso romper com o silenciamento e denunciar as estruturas de



poder que impõem realidades limitantes aos corpos e à subjetivação negra. Isso pode ser apavorador, mas também é um movimento de libertação. E num país, que tem por objetivo maior exterminar as vidas negras, apesar do que já nos matam, que seguimos em homenagem a Conceição Evaristo (2015): há aqueles/as (e, felizmente, não são poucos!) que combinaram de não morrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
- BENEDITO, Maiara de Souza. FERNANDES, Maria Inês. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2020 v. 40, (n.spe) 1-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>>.
- BENTO, Maria Aparecida. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTINI, Fatima Maria Araújo. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe. 2), 60-69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600007>
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo negro, 2011.
- DAMASCENO, Marizete Gouveia. *Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? A experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental*. 2018. 115 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41752> Acesso em: 11/04/2023.
- DAMASCENO, Marizete Gouveia, ZANELLO, Valeska. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. *Psicologia: Ciência e Profissão* Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 450-464. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/#>>. Acesso em: 15/04/2023.
- DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- FEDERICO, Roberta Maria. *Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
- GOUVEIA, Marizete, ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo [online]*. 2019, v. 24. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42738>.
- GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: Negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negras/as*



(ABPN), [S. 1.], v. 10, n. 26, p. 111–124, 2018. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/642>> .

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismos cotidianos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANZA, Hugo. Frantz Fanon e a psicologia: contribuições para a prática clínica. *Estudos, pesquisas e psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1144-1159, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62732>

MACHADO, Renice Eisfeld. *Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre Psicologia e Pensamento Descolonial*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/psicologia/files/2019/08/TCC-Renice-Machado-Psicologia.pdf>> Acesso em: 15/04/2023.

MATTAR, Cristine Monteiro. Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica. *Arquivo brasileiro de psicologia.*, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 18-32, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v72nspe/03.pdf>> Acesso em: 08/06/2023.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: Edições, 2018.

MENEZES, Jaileila Araújo; LINS, Saiane Silva; SAMPAIO, Juliana Vieira. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade* [online]. 2019, v. 31 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v311191231>.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. ed. 3. São Paulo: Ática, 2015.

NASCIMENTO, Aandrea dos Santos et al. "Pretitude" e o Afroperspectivismo em Psicoterapia: Desafios para a Abordagem Gestáltica. *Estudos pesquisas e psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. spe, p. 927-946, dez. 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19nspe/v19nspea06.pdf>> Acesso em: 15/05/2023.

PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. *Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: LACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

SANTOS, Hernani Pereira dos. Raça, racismo e clínica fenomenológico-existencial: elementos para a decolonização da atenção clínica. *Rev. Nufen: Phenom. Interd.* | Belém, 13(3), 75-89, set.–dez., 2021. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v13n3/v13n3a08.pdf>> Acesso em: 16/03/2023.

SANTOS, Juciara Alves dos. Sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. 1.], v. 10, n. 24, p. 148–



165, 2018. Disponível em: < <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/578>> Acesso em: 07/05/2023.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, Lilian. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilian. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*. Cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro enigma, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

TAVARES, Jeane Campos; KURATANI, Sayuri. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2019 v. 39, e184764, 1-13. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>>.

VEIGA, Lucas. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 31, n, esp., p, 244-248, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000> Acesso em: 28/03/2023.

Recebido em: 18/09/2023

Aprovado em: 19/09/2023